

## ACTA NÚMERO 142/XII/2.<sup>a</sup> SL

Aos 30 dias do mês de julho de 2013, pelas 12:30 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, solicitando a audição do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, sobre o impacto do Decreto-Lei n.º 96/2013.
2. Aprovação do Relatório do Grupo de Trabalho da Valorização do Pescado.
3. Fixação das seguintes Redações Finais:- Projeto de Resolução n.º 711/XII/2.<sup>a</sup> PS) - "Recomenda ao Governo um conjunto de orientações visando assegurar a preservação de Alter do Chão como pólo estratégico da equinicultura nacional, na sequência da aprovação da decisão de extinção da Fundação Alter Real";- Projeto de Resolução n.º 756/XII/2.<sup>a</sup> (PS) - "Recomenda ao Governo que adote medidas com vista à promoção da atividade agrícola no âmbito do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis e desenvolva um novo modelo de gestão partilhada com outros setores beneficiários";- Projetos de Resolução n.ºs 750/XII/2.<sup>a</sup> (PS) e 792/XII/2.<sup>a</sup> (PSD) - "Recomenda ao Governo um conjunto de orientações sobre os impactos decorrentes da área piloto de produção aquícola da Armona (Olhão)".
4. Outros assuntos.

A reunião foi presidida pelo Senhor Vice Presidente, Deputado Jorge Fão, que cumprimentou todos os Senhores Deputados presentes.

No ponto 1 da OD procedeu-se à apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do BE, solicitando a audição do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, sobre o impacto do Decreto-Lei n.º 96/2013.

**Assunto:** Audição do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Local

Na passada sexta-feira, dia 19 de julho, foi publicado no Diário da República o Decreto-Lei n.º 96/2013 relativo à arborização e rearborização. O referido Decreto-Lei desregulamente de forma severa a plantação intensiva da floresta, abrindo a porta à eucaliptização do país.

As espécies exóticas são já dominantes na paisagem florestal do país e este novo Decreto-Lei, e a conseqüente predominância do eucalipto, constituem um enorme risco para a sustentabilidade ambiental e social da floresta portuguesa. Trata-se de uma séria ameaça à biodiversidade e à desertificação dos solos.

Face ao expostos, solicito a Audição do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Local na Comissão de Agricultura e Mar de forma a aferir o impacto do Decreto-Lei n.º 96/2013.

Assembleia da República, 24 de julho de 2013.

O deputado,

Luís Fazenda

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Divisão de Apoio às Comissões  
CAM

Usaram da palavra os Senhores Deputados Ulisses Pereira (PSD), Manuel Isaac (CDS-PP) e Miguel Freitas (PS).

O Requerimento foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PEV.

O Senhor Deputados João Ramos (PCP) informou que entregou na Mesa um Requerimento sobre o mesmo tema e solicitou, se possível, que também fosse apreciado e votado.

O Senhor Vice Presidente colocou a questão e, dado que o requerimento tinha dado entrada há poucos instantes, não houve consenso para a sua apreciação e votação, ficando assim o seu agendamento para a próxima reunião.

No ponto 2 da OD procedeu-se à discussão e votação do Relatório do GT da valorização do Pescado.



Relatório Final do GT  
Pescado.pdf

Dada a ausência justificada do Senhor Deputado Coordenador, Cristóvão Norte, foi o Senhor Deputado Ulisses Pereira que apresentou de forma sintética o Relatório, em apreço.

Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados João Ramos (PCP) e Jorge Fão (PS).

O Relatório foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PEV.

No ponto 3 da OD procedeu-se à fixação das seguintes Redações Finais:- **Projeto de Resolução n.º 711/XII/2.ª PS** - "Recomenda ao Governo um conjunto de orientações visando assegurar a preservação de Alter do Chão como pólo estratégico da equinicultura nacional, na sequência da aprovação da decisão de extinção da Fundação Alter Real";- **Projeto de Resolução n.º 756/XII/2.ª (PS)** - "Recomenda ao Governo que adote medidas com vista à promoção da atividade agrícola no âmbito do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis e desenvolva um novo modelo de gestão partilhada com outros setores beneficiários";- **Projetos de Resolução n.ºs 750/XII/2.ª (PS) e 792/XII/2.ª (PSD)** - "Recomenda ao Governo um conjunto de orientações sobre os impactos decorrentes da área piloto de produção aquícola da Armona (Olhão) ".

A fixação das redações finais foi aprovada por unanimidade.

No ponto 4 da OD, outros assuntos, não se verificou nenhuma intervenção.

A reunião foi gravada em:

[http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/07-CAM/CAM\\_20130730.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/07-CAM/CAM_20130730.mp3)

A reunião foi encerrada às 12.55H, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes os Senhores Deputados.

Cristóvão Norte  
Fernando Jesus  
João Ramos  
Jorge Fão  
Luís Fazenda  
Luís Pedro Pimentel  
Manuel Isaac  
Maria José Moreno  
Mário Simões  
Miguel Freitas  
Nuno Serra  
Pedro Alves  
Pedro Lynce  
Ulisses Pereira  
Vasco Cunha  
João Paulo Pedrosa  
João Paulo Viegas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Fernando Marques  
Glória Araújo  
Isabel Santos  
José Luís Ferreira  
Pedro do Ó Ramos  
Renato Sampaio  
Rosa Maria Bastos Albernaz

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Palácio de São Bento, 30 de julho 2013

O Vice-Presidente

(Jorge Fão)